

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA”

PROCESSO N.º 2020/300.10.005/437

ÍNDICE

PARTE I	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a – Vigência do Contrato.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços.....	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços	4
Cláusula 5. ^a - Prazo da prestação dos serviços	5
Subsecção II - Dever de sigilo	5
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7. ^a – Prazo do dever de sigilo	5
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	6
Cláusula 8. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 9. ^a - Preço base.....	6
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento	6
Cláusula 11. ^a - Revisão de preços	7
Cláusula 12. ^a – Adiantamentos	7
CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 13. ^a - Força maior	7
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines	9
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 15. ^a – Caução	9
Cláusula 16. ^a - Foro competente	9
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e cessão da posição contractual	9
Cláusula 18. ^a - Comunicações e notificações.....	9
Cláusula 19. ^a - Contagem dos prazos	10
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	10
PARTE II.....	10
Cláusula 21. ^a – Especificações Técnicas.....	10
Cláusula 22. ^a - Atributos da Proposta	11
Cláusula 23. ^a – Transição da prestação objeto do presente contrato	11

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de arqueologia subaquática, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de um ano, ou até que seja atingido o valor da faturação igual ao valor do contrato se tal ocorrer antes do seu termo, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos durante o período de um ano, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

Cláusula 9.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 60 750,00 (Sessenta mil, setecentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

O preço base inclui todos os serviços a prestar no âmbito deste procedimento.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

5. Na sequência de eventuais ordens municipais ou governamentais relativas ao cancelamento ou adiamento da prestação de serviços/ fornecimento dos bens em consequência de surto da epidemia Covid-19, de tal facto não resultarão para o Município de Sines quaisquer encargos ou dever de indemnização, podendo tal cancelamento ou adiamento ser comunicado com uma antecedência de 24 horas. O cancelamento determinará a resolução do contrato.

Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

PARTE II

Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de serviços de arqueologia subaquática, conforme Memória Descritiva – Anexo I, o qual é parte integrante do presente caderno de encargos.

Cláusula 22ª - Atributos da Proposta

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

Cláusula 23.ª – Transição da prestação objeto do presente contrato

Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe dê origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição da prestação de serviços objeto do contrato para um terceiro a designar pela Câmara Municipal de Sines, de modo a garantir a continuidade do serviço, com a mínima perturbação e de modo a que a transição ocorra de modo progressivo e ordenado.

CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA”

PROCESSO N.º 2020/300.10.005/437

MEMÓRIA DESCRITIVA

1.ENQUADRAMENTO

Sines é exemplo de um porto natural abrigado da nortada. Constituindo abrigo útil no percurso compreendido entre Lagos e o estuário do Sado, Sines é utilizada desde tempos muito recuados como ponto de escala para as navegações quer de cabotagem quer de médio e longo curso.

Nesta costa, estações arqueológicas localizadas junto ao mar, nas margens dos rios e ribeiras ou até um pouco mais para o interior – é o caso, por exemplo, da necrópole da Herdade do Gaio, datada dos séculos VII-III aC e localizada a 7 km do mar - testemunham contactos mediterrânicos pré-romanos.¹

No mar, alguns achados fortuitos – cepos de âncora em chumbo, da Antiguidade Clássica ou anforetas pós-medievais içadas pelas redes da pesca do arrasto dos fundos abissais defronte a Sines ou ao Sardão – comprovam rotas e atestam naufrágios e outros sinistros marítimos.

Preservados pela profundidade ou pela espessura dos sedimentos que os recobre, os naufrágios de Sines constituem valioso património da Humanidade. Contudo, dado o facto de o Porto de Sines estar inserido numa zona particular da orla costeira portuguesa - em que um

¹ BLOT, Maria (2003) *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Trabalhos de Arqueologia 28. Lisboa: IGESPAR, Ministério da Cultura, pp. 119-20.

Cabo natural funciona como uma fronteira entre duas células de circulação distintas - em resultado da expansão das estruturas portuárias, nomeadamente pela construção do Terminal XXI, têm surgido naturais preocupações sobre uma eventual afectação na dinâmica sedimentar que venha a afectar este património arqueológico.

Assim, em 2004, o Instituto Hidrográfico levou a cabo um estudo sedimentar na zona.² Uma das áreas em estudo foi a praia de São Torpes, imediatamente a sul da zona portuária, com a recolha de informação sobre a morfologia desta área a compreender levantamentos hidrográficos de cobertura total do fundo, com recurso a um Sistema Sondador Multifeixe (SMF). Na praia, os levantamentos foram complementados com levantamentos topográficos, utilizando-se para tal um sistema de GPS OTF.

Se este estudo concluiu pela improbabilidade de virem a existir grandes impactes no trânsito sedimentar longitudinal, os seus autores consideraram no entanto, que poderiam ocorrer eventuais interferências a uma escala mais reduzida, nomeadamente na zona da enseada de Sines onde se insere a referida Praia de São Torpes, já que aí ocorre uma célula de circulação restrita.

Em 2011 o Instituto Hidrográfico deu sequência a uma caracterização desta zona em particular, elaborando outro estudo, ainda mais pormenorizado.³

Este trabalho de investigação – que estudou a circulação costeira e a morfodinâmica na enseada e praia de São Torpes – concluiu pela existência de um equilíbrio dinâmico e delicado, em constante evolução, entre a estrutura portuária e os processos ambientais marinhos que ocorriam na zona adjacente, pelo que recomendava monitorizar e acompanhar no futuro essa relação.

Com efeito, para além dos factores hidrodinâmicos, outra vertente suscitava preocupação: a existência de património cultural subaquático (PCS) nessa zona até porque se sabia, desde pelo menos 1983, da presença de âncoras do tipo Almirantado e de bocas-de-fogo em ferro

² IH (2004) *Estudo da Dinâmica Sedimentar Litoral na Zona do Porto de Sines*. Rel.TF-GM-01/04. Lisboa: Instituto Hidrográfico.

³ IH (2012) *Caracterização ambiental da área de expansão marítima do Porto de Sines e região*. Rel.TF-GM-03/12. Lisboa: Instituto Hidrográfico.

submersas defronte da praia de São Torpes, achados subaquáticos que sugerem, numa primeira leitura, tanto situações de naufrágio como de fundeadouro.

Aparentemente dispersos em dois núcleos - *São Torpes 1* (CNS 22792), que corresponde a um núcleo de 5 canhões em ferro, um dos quais avistado junto ao extremo do molhe Norte da baía de captação de água da Central Termoelétrica de Sines; e *São Torpes 3* (CNS 25825), que corresponde a um núcleo de 3 peças de artilharia e de uma âncora, detectados em 2004, aquando da realização do EIA relativo à Central de Ciclo Combinado de Sines – estes vestígios de PCS deverão corresponder a um ou mais eventos de naufrágios da Época Moderna, tentativamente datados de um período compreendido entre os séculos XVI e XVIII.

Observações empíricas realizadas por mergulhadores amadores e profissionais da animação marítimo-turística ao longo dos últimos três anos apontam para que, em face do persistente e aparentemente irreversível desassoreamento da zona em causa, exista uma situação de risco crescente para a preservação deste PCS, situação essa que se prevê agravar ainda mais com a expansão dos terminais do porto de Sines.

2. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área a intervencionar está localizada a SE do Porto de Sines, próxima do local de São Torpes, incluindo-se nela o espaço entre molhes de protecção de colectores e descarregadores de água da refrigeração da central termoelétrica de Sines (ver delimitação da área a prospectar e a intervir na figura seguinte).



	Latitude	Longitude
Ponto A	37°55'55.00"N	8°48'59.79"W
Ponto B	37°55'41.66"N	8°49'8.89"W
Ponto C	37°55'28.57"N	8°48'45.85"W
Ponto D	37°55'38.55"N	8°48'34.93"W

Os pontos A, B, C e D, definem um polígono irregular (A-B: 465 metros; B-C: 670 metros; C-D: 405 metros e D-A : 785 metros) com uma área de cerca de 311624 m².

3.OBJECTO DA PROPOSTA

No âmbito desta proposta deverão ser prestados os trabalhos arqueológicos subaquáticos necessários para o estudo, a salvaguarda e a valorização do património cultural subaquático potencialmente jazente na área descrita acima.

Para tal, dever-se-á recorrer a métodos consagrados do ponto de vista da arqueologia, quer estes se revistam, ou não, de natureza intrusiva e perturbadora relativamente ao seu inter-relacionamento e ao meio envolvente.

Toda a metodologia deverá estar enquadrada não só com a legislação actualmente em vigor - nomeadamente com a Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, da qual Portugal é Estado-Parte - mas também com o estado da arte relativamente à Arqueologia Náutica e Subaquática.

A equipa escolhida para desenvolver os trabalhos objecto da presente prestação de serviços deve integrar, no mínimo, um arqueólogo com experiência e valência em arqueologia náutica e subaquática, com um mínimo de 5 anos de experiência em análise de património subaquático.

Deverão ser fornecidos os elementos relativos à constituição da equipa de arqueologia, nomeadamente organograma e cv's abreviados da equipa técnica com afectação nominal dos técnicos responsáveis por tarefa e respectiva documentação.

Inclui-se a submissão de pedidos de trabalhos arqueológicos subaquáticos à tutela, análise documental, investigação bibliográfica, prospeção costeira, preparação logística e elaboração de peças processuais.

As ações de trabalhos arqueológicos subaquáticos implicam uma equipa de, no mínimo, 3 pessoas: arqueólogo e assistente de arqueólogo (para o binómio mergulhador) mais barqueiro.

4.METODOLOGIA

Tendo em conta que:

- a) é de todo expectável que os vestígios culturais que surjam na área constituam destroços de naufrágios de navios históricos;
- b) experiências anteriores relativas a projectos de arqueologia desenvolvidos em ambiente subaquático mostraram à sociedade que as fases de planeamento e de execução são cruciais na obtenção de dados arqueográficos válidos;
- c) é de todo relevante que se maximizem os ganhos de eficiência e se faça uma economia de meios materiais e humanos, evitando-se a todo o custo que, por deficiente trabalho de detecção e prospecção arqueológica, fiquem por detectar vestígios do património cultural subaquático na zona em causa, expondo-os a previsível desassoreamento e consequente destruição

em termos metodológicos, deve executar-se esta intervenção arqueológica em 2 etapas, a saber:

- 1) **Planeamento e documentação:** para uma melhor compreensão espacial e um melhor entendimento da evolução da paisagem em causa recorrer-se-á não só ao estudo de memórias descritivas históricas, como também a informações de arquivos históricos, à análise da cartografia náutica, tanto a actual como a histórica, ao elencar dos achados fortuitos e à entrevista de pescadores, mestres, mariscadores e demais utentes do mar;
- 2) **Sondagem, avaliação, remoção de artefactos ou mitigação de impactes *in situ*:** por inspecção directa das anomalias eventualmente identificadas durante a fase prospectiva, utilizando na sua delimitação detector de metal e magnetómetro; registo arqueológico de contextos; avaliação de risco, desmonte e levantamento de contextos e/ou artefactos e sua deposição secundária em local abrigado; sua valorização patrimonial e sua estabilização e controlo futuro.

O Município fornecerá à equipa de arqueologia os resultados dos trabalhos de prospeção geofísica por si adjudicados, mas que deverão ser executados em estreita colaboração com o arqueólogo responsável alvo da presente contratação.

Aponta-se assim para a localização destas eventuais jazidas arqueológicas submersas quer por visualização electrónica (no caso de haver mais estruturas que estejam ainda visíveis por sobre o sedimento, como sejam aglomerações de lastro, peças de artilharia, ferros de fundear, etc.), quer pela detecção por magnetómetro e detector de metais da sua assinatura magnética (pela presença, ainda que oculta sob os sedimentos, de mais massas metálicas ferrosas, como sejam mais ferros de fundear ou peças de artilharia em ferro, etc.).

No final da prospeção, assim que todas as informações gráficas (sonar de varrimento lateral) e numéricas (magnetómetro) estiverem reunidas, a análise em gabinete e o registo em 3D deverá produzir um mapa tridimensional que apontará os pontos do leito marinho onde se registam anomalias de sonar e magnéticas e se preservam as relações contextuais de sítio. Também esta fase deverá ser acompanhada pelo Arqueólogo incluído na presente contratação.

Estas anomalias e estas relações, depois de correlacionadas com os dados obtidos aquando da investigação documental e com os registos elaborados aquando das operações de verificação subaquática, serão classificadas como jazidas arqueológicas ou, tão só, como intrusões e/ou anomalias geológicas ou como depósitos de materiais de cronologia contemporânea, sem valor arqueológico.

Estas 3 etapas devem decompor-se nas seguintes fases:

- a) **Preparação** – consiste na elaboração de um pedido de licenciamento e na implantação de uma logística pré-campanha de verificação;
- b) **Avaliação** - corresponde à análise e avaliação dos parâmetros (tecnológicos e metodológicos) utilizados nos estudos de caracterização geofísica já realizados pelo Instituto Hidrográfico (IH) na zona e à sua validação em contexto de prospeção

- arqueológica em meio submerso bem como no reposicionamento e georreferenciação dos artefactos visíveis (âncoras e bocas-de-fogo);
- c) **Levantamento toponímico e fisiográfico/hidrográfico**, baseado nas Cartas Náuticas - inclusive cartografia náutica antiga - do Instituto Hidrográfico, disponíveis para a área de intervenção, com recolha comentada de potenciais indícios potencialmente relacionados com vestígios e áreas de origem antrópica antiga. Cumulativamente, entrevistar-se-ão pescadores, marítimos, práticos e demais utentes do mar, para identificação de pegulhos e recolha de relatos de eventual ocorrência de achados fortuitos;
- d) **Documentação** – corresponde ao levantamento arquivístico, bibliográfico e/ou cartográfico-documental, recorrendo-se a inventários patrimoniais de organismos públicos (Inventário Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática – Carta Arqueológica – ex-Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática; Endovélico e base de dados do património classificado da DGPC); a bibliografia especializada de âmbito local e regional; a planos de ordenamento e gestão do território; a projectos de investigação ou processos de avaliação de impactes ambientais em curso na região e a material de arquivos históricos de âmbito regional e nacional;
- e) **Verificação** – a partir do mapeamento integral de todas as anomalias visuais e magnéticas que possam corresponder a vestígios arqueológicos, caracterizar no terreno os sítios identificados aquando prospecção geofísica, maximizando-se a recolha de informação científica com vista à identificação e caracterização de elementos de interesse arqueológico bem como de elementos relevantes para a compreensão da história e evolução da área considerada;
- f) **Reposicionamento de artefactos em perigo** - identificação, avaliação do estado e integridade das peças e movimentação de peças arqueológicas isoladas ou em risco e cuja possibilidade de perda esteja considerada expectável;
- g) **Monitorização e avaliação do espaço de reserva arqueológica** nos seguintes parâmetros: factores químicos; físicos e biodiversidade;

- h) **Criação de um percurso histórico-pedagógico** para os artefactos eventualmente a reposicionar;
- i) **Divulgação** - etapa que se inicia com a fase da documentação e que se prolonga no tempo, concluindo-se pela entrega do Relatório Final. Deverá contemplar a elaboração de guião para um filme de 15 minutos de duração, de um folheto (com versão digital) e de um artigo a publicar em revista científica da especialidade.

5. MINUTA DETALHADA DO RELATÓRIO FINAL A SUBMETER

1. Identificação do projecto:

- 1.1 Localização; área(s) de incidência do projecto;
- 1.2 Sistema de Referência (carta do Instituto Hidrográfico ou outra);

2. Enquadramento legal e institucional do projecto;

3. Antecedentes:

- 3.1 análise detalhada de anteriores intervenções – na área ou em contextos similares;
- 3.2 dados histórico-arqueológicos do local e/ou problemáticas de investigação existentes);

4. Composição e especificidade da equipa técnica;

5. Suporte metodológico;

6. Meios técnicos e materiais utilizados;

7. Estratégias de intervenção:

- 7.1 Metodologia e resultados do levantamento bibliográfico, arquivístico, documental, toponímico e fisio/hidrográfico;
- 7.2 Descrição dos trabalhos subaquáticos de caracterização arqueológica nas áreas pré-determinadas pela prospecção geofísica assim como a dos meios utilizados para o efeito (procedimentos geofísicos, manuais e/ou meios mecânicos ou o recurso a ambos e respectivas justificações de utilização).

8. Metodologia de registo arqueológico / resultados

8.1 Descrição dos eventuais elementos arqueológicos referenciados e seus respectivos contextos, funcionalidades, cronologias e faseamentos;

8.2 Descrição detalhada do eventual espólio examinado e/ou recolhido;

8.3 Inventário total do eventual espólio exumado e registo dos materiais mais significativos;

8.4 Plantas das estruturas identificadas e de elementos náuticos eventualmente localizados;

8.5 Fotografias das diversas fases dos trabalhos e dos depósitos identificados (em suporte digital formatos TIFF ou JPEG de alta resolução)

8.6 Planta geral de localização do (s) sítios intervencionado(s) - anomalias visuais e/ou magnéticas - com indicação da sua georreferenciação;

8.7 Levantamento do local, ou locais, intervencionados, com indicação das áreas e indicação de escala;

9. Definição e interpretação dos elementos arqueológicos eventualmente detectados à luz das problemáticas científico-culturais existentes:

9.1 Área(s) onde se localiza(m) eventuais contextos culturalmente sensíveis (área estimada e/ou afectada);

9.2 Definição dos procedimentos a efectuar e seus impactes positivos e negativos; reversibilidade;

10. Conclusões e recomendações.

11. Anexos:

- 11.1 Eventuais pareceres técnicos de outros elementos da equipa no âmbito da intervenção;
- 11.2 Inventário total do eventual espólio exumado e desenho dos materiais mais significativos;
- 11.3 Bibliografia completa relativa ao projecto e local.